



MOÇÃO

GREVE GERAL – A RESPOSTA NECESSÁRIA À DIMENSÃO DO ROUBO QUE O GOVERNO ANUNCIA

1. É intenção do governo, publicamente assumida, impor aos trabalhadores portugueses pesadíssimas medidas ditas de “austeridade”, com o aludido objectivo de combater o défice excessivo da nossa dívida pública. Foram anunciadas medidas que abrangem toda a população – nomeadamente o aumento do IVA, a diminuição das comparticipações na doença, a redução nas deduções previstas em IRS, a diminuição dos apoios em situações de desemprego, A redução nos abonos de família – e outras que abrangem apenas os trabalhadores da administração pública – redução da comparticipação da ADSE, congelamento de ingressos na administração pública, redução dos contratados, congelamento das progressões de carreira e um corte nos salários entre 3,5 e 10% a partir de 1500 euros ilíquidos. É dado assente que estas medidas na administração pública se vão reflectir negativamente, de modos diversos, no sector privado, nomeadamente nos salários dos trabalhadores.
2. No que diz respeito aos professores, educadores e investigadores, as medidas propostas, a concretizarem-se, significam de facto a não aplicação dos acordos assinados entre os ministérios da Educação e da Ciência, Investigação e Ensino Superior com os docentes e investigadores dos diversos graus de ensino assinados nos anos de 2009 e 2010.
3. É também admitido pela maioria dos economistas que estas medidas – que alguns consideram ainda insuficientes – terão um impacto negativo no desenvolvimento da nossa economia, empurrando-nos para um novo período de recessão económica já em 2011, contrariamente ao que acontecerá na maioria dos países da União Europeia.
4. No que respeita ao ensino e à educação, anunciam-se cortes no Orçamento de Estado e nos orçamentos de cada escola/agrupamento deixando antever uma séria degradação e agravamento das condições de trabalho dos docentes. A que devem acrescentar-se as dificuldades financeiras com que se estão a defrontar vários municípios, eles próprios sujeitos a avultados cortes no Orçamento, o que não deixará de se reflectir nos apoios à vida escolar.
5. Reacende-se nos órgãos de comunicação social a campanha contra os professores, sistematicamente acusados de, pelos seus putativamente elevados salários, serem uns dos causadores do desequilíbrio das contas públicas. Chega mesmo a invocar-se o prejuízo causado pelas medidas de reposicionamento e progressão salariais previstos no acordo assinado em Janeiro de 2010, apesar deste não ter sido praticamente aplicado!

- 6.** Face a esta agressão aos trabalhadores em geral, e muito particularmente aos trabalhadores da administração pública, considerando o agravamento das condições de vida para toda a população e as consequências económicas e sociais das medidas agora anunciadas, a CGTP-IN e a UGT, além de outros sindicatos não filiados nestas centrais, particularmente o STE, convergiram – o que se saúda – na convocação de uma greve geral para o próximo dia 24 de Novembro.

Nestes termos, a Direcção do SPGL:

- 1.** propõe à Assembleia Geral de Sócios, reunida no dia 14 de Outubro, no Auditório da Ordem dos Engenheiros, nos termos do previsto no artigo 55º alínea j) dos Estatutos do SPGL, a adesão à greve geral convocada para 24 de Novembro de 2010 e apela a todos os educadores que se empenhem no seu sucesso.
- 2.** manifesta o seu empenho na realização, no próximo dia 6 de Novembro, de uma Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, em Lisboa.

A Direcção do SPGL